

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA E A EMPRESA SUSTENTARE SANEAMENTO S/A OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ESTIMATIVO DE COLETA CONVENCIONAL E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DOMICILIARES – RSUD E PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA -RS, CONFORME MODALIDADE DE LICITAÇÃO HOMOLOGADO EM 10 DE JANEIRO DE 2024 - CONCORRÊNCIA Nº 07/2023.

Rua Venâncio Aires, nº 2277 · 2º Andar · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3174.1501 · E-mail: contratos@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS

O preço estimado mensal para a execução do serviço objeto deste Contrato é de **R\$ 1.093.122,44** (um milhão noventa e três mil cento e vinte e dois reais e quarenta e quatro centavos), considerando o preço da tonelada em **R\$ 235,08** (duzentos e trinta e cinco reais e oito centavos), totalizando o preço total de **R\$ 13.117.469,28** (treze milhões cento e dezessete mil quatrocentos e sessenta e nove reais e vinte e oito centavos), entendido este, como justo e suficiente para a total execução do especificado na Cláusula Primeira deste instrumento contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

Os serviços deverão ser executados nos endereços constantes no Memorial Descritivo pelo prazo de **12 (doze) meses** consecutivos após o recebimento da Ordem de Início dos Serviços, renovável por períodos sucessíveis de 12 (doze) meses até o limite de 60 (sessenta) meses, a critério do Contratante.

§1.º As despesas decorrentes de transporte, seguro e demais encargos e tributos competem, exclusivamente, à Contratada.

§2.º Os serviços deverão ser prestados **em conformidade com as especificações do Edital e seus Anexos**. Sendo constatada qualquer irregularidade, o prestador deverá concluir os serviços dentro das condições ideais, cujo prazo será determinado no ato pelo responsável do recebimento e imediatamente comunicado à Secretaria de Município para que seja(m) adotada(s) a(s) sanção(ões) cabível(eis).

§3.º A não substituição do serviço em desacordo dentro do prazo estipulado, será considerado como não entregue, estando sujeita à multa conforme prevê a cláusula décima primeira deste contrato.

§4.º A critério exclusivo da Prefeitura Municipal de Santa Maria poderão ser realizados testes para verificação da conformidade dos serviços com as especificações constantes do Edital e da proposta da Contratada.

§5.º Caso sejam consideradas insatisfatórias as verificações acima, lavrar-se-á um Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades com as especificações. Nesta hipótese, os serviços serão rejeitados, devendo ser substituídos/refeitos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quando se realizarão novamente as verificações constantes do Parágrafo Quarto.

§6.º Caso os serviços não sejam substituídos ou não sejam refeitos no prazo estabelecido no subitem anterior, ou caso os novos serviços também sejam rejeitados, estará a Contratada incorrendo em atraso na entrega, sujeita à aplicação das sanções legais previstas.

§7.º Os custos para que sejam substituídos os serviços rejeitados correrão exclusivamente a expensas da Contratada.

RODRIGO DECIMO
60766441091

Assinado digitalmente por RODRIGO DECIMO 60766441091
DN: cn=Rodrigo, ou=PM, ou=AC, ou=SANTA MARIA, c=BR
C=BR, E=rodri@pm.santamaria.rs.gov.br, O=Prefeitura Municipal de Santa Maria, CN=Rodrigo DECIMO
Resolvi: Eu sou o autor deste documento
Localidade: eu sou a origem de assinatura aqui
Data: 2024.01.22 15:57:09
Firm: Rodri-2024.01.22 15:57:09

Contrato n.º 24/2024

Parecer Licitatório n.º 364/PGM/2023

Rua Venâncio Aires, nº 2277 · 2º Andar · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3174.1501 · E-mail: contratos@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

§8.º O recebimento, não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho do objeto fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas, dentro do prazo dado.

§9.º O recebimento não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

§10.º À Contratada caberá sanar as irregularidades apontadas, submetendo os serviços executados a nova verificação, ficando sobrestado o pagamento até a execução das correções necessárias, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

CLÁUSULA QUARTA - DA GARANTIA DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

A Contratada garante que o objeto será entregue no prazo, preço, quantidade e qualidade contidos no processo licitatório, na sua proposta e no presente instrumento contratual.

CLÁUSULA QUINTA - DA CAUÇÃO DE EXECUÇÃO

No momento da assinatura deste Contrato deverá ser recolhida, à Tesouraria do Contratante, a Caução de Garantia da Execução, no valor de **R\$ 655.873,46 (seiscentos e cinquenta e cinco mil oitocentos e setenta e três reais e quarenta e seis centavos)**, correspondendo a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato e que responderá pelo inadimplemento das obrigações contratuais e também por todas as multas que forem impostas à Contratada. A caução de execução é recolhida da seguinte forma:

I - Em moeda corrente.

- A garantia prestada em moeda corrente será devolvida monetariamente atualizada;
- A caução feita em moeda corrente poderá ser substituída, a requerimento da Contratada, formalizado dentro dos 30 (trinta) dias seguintes ao da data da Caução, pelo respectivo valor no dia da efetivação do protocolo do requerimento, por Carta Fiança Bancária emitida por estabelecimento em funcionamento no Brasil, aprovado pelo Prefeito Municipal.

II - Em Títulos da Dívida Pública da União.

III - Em Seguro Garantia;

IV - Fiança Bancária;

- A Carta de Fiança Bancária ou Seguro Garantia serão obrigatoriamente apresentados em original e, o respectivo prazo de validade deverá ser de no mínimo, 03 (três) meses superior ao prazo de execução contratado.

§1.º O Município reserva-se o direito de reter a garantia, bem como dela descontar as importâncias necessárias para reparar, corrigir, remover e/ou substituir os serviços e materiais que apresentarem vícios, defeitos ou incorreções, nos termos apontados pela fiscalização através de relatório, sempre que a Contratada não atender as suas determinações. Caso a garantia não se mostre suficiente, a diferença será descontada dos pagamentos eventualmente pendentes, devidos pela Administração.

§2.º A garantia prestada pela Contratada será liberada após o recebimento definitivo da prestação de serviço e emissão do respectivo Termo. Contudo reverterá a garantia em favor do Contratante, no caso de rescisão do contrato por culpa exclusiva da Contratada, sem prejuízo da indenização por perdas e danos porventura cabíveis.

§3.º Toda vez que houver aditamento no contrato, a caução deverá ser complementada em valores e prazo.

CLÁUSULA SEXTA - DO RECURSO FINANCEIRO

As despesas decorrentes do presente Contrato correrão a conta do seguinte recurso financeiro da **Secretaria de Município de Infraestrutura e Serviços Públicos**:

Solicitação de Compra: 90/2023

Recurso: 1500

Projeto atividade: 2070

Subelemento de despesa: 3.3.90.39.78

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em 30 (trinta) dias consecutivos do recebimento da Nota Fiscal pela fiscalização do Contrato. Para tanto a referida fatura deverá estar devidamente visada pela Fiscalização e pelo responsável da Secretaria requisitante (Gestor do Contrato) e entregue em até 10 dias para a Secretaria de Município de Finanças.

§1.º Deverá constar obrigatoriamente nas notas fiscais/faturas o número do empenho.

§2.º O pagamento será realizado de acordo com o cronograma de desembolso máximo por período, em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros.

§3.º O prazo de pagamento será contado da data de recebimento da documentação de cobrança pelo fiscal dos serviços, desde que os documentos estejam corretos.

§4º As faturas relativas aos serviços executados pela Contratada deverão conter as quantidades e valores de todos os serviços executados. Além disso, deverá constar obrigatoriamente nas notas fiscais/faturas o número do Contrato.

§5.º A Contratada deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, os seguintes documentos:

- Declaração da equipe que trabalhou na prestação de serviços no período da medição. Nesta declaração, elaborada e firmada pela Contratada, deverá constar o nome e o cargo dos membros da equipe.
- Cópia da folha de pagamento dos empregados que trabalharam na prestação dos serviços, no período da medição. Também deverá ser anexado recibo ou outro documento hábil que certifique o pagamento.
- Prova de recolhimento das contribuições sociais (**Documento de Arrecadação do INSS**) da prestação dos serviços, do mês da execução dos serviços relacionados na medição ou documento equivalente.

Contrato n.º 24/2024

Rua Venâncio Aires, nº 2277 · 2º Andar · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3174.1501 · E-mail: contratos@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

RODRIGO DECIMO
60766441091

Atestado digitalmente por RODRIGO DECIMO 60766441091
• CN=Rodrigo Decimo, OU=Assessoria Jurídica, OU=Secretaria de Finanças, OU=Prefeitura Municipal de Santa Maria, RS
• CN=Rodrigo Decimo, OU=Assessoria Jurídica, OU=Secretaria de Finanças, OU=Prefeitura Municipal de Santa Maria, RS
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: Rua Venâncio Aires, 2277 - Centro - Santa Maria/RS
Data: 2024.01.22 15:56:36
Post-Render Versão: 10.0.1

Parecer Licitatório n.º 364/PGM/2023

- d) **GFIP** com protocolo de envio, referente ao mês da execução dos serviços relacionados na medição.
- e) Recibo de entrega da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundo - **DCTFWeb**, referente ao mês da execução dos serviços relacionados na medição ou documento equivalente.
- f) Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED do mês da prestação de serviço;
- g) Certificado de Regularidade do **FGTS** (CRF), expedido pela Caixa Econômica Federal.
- h) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, por meio da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - **CNDT**.
- i) Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal** relativamente a débitos de tributos e contribuições federais e dívida ativa da União.
- j) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** - Certidão negativa de débito ou positiva com efeitos de negativa - do domicílio ou sede da empresa ou outra equivalente na forma da lei.
- k) Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** - Certidão negativa de débito ou positiva com efeitos de negativa - do domicílio ou sede da empresa ou outra equivalente na forma da lei.

§6.º O setor de Contabilidade, no ato da liquidação da despesa, poderá solicitar documentos complementares, legais e pertinentes, a fim de proporcionar embasamento para as análises que se fizerem necessárias, além das já previstas no contrato.

§7.º A Contratada deverá encaminhar a documentação para a fiscalização até o término do prazo do pagamento, relacionando a documentação à respectiva Nota Fiscal e a fiscalização, deverá encaminhar a documentação à Secretaria de Município de Finanças - Setor de Contabilidade, imediatamente ao seu recebimento.

§8.º Não haverá antecipações de pagamentos devidos.

§9.º Todo e qualquer pagamento poderá ser susinado, se verificada qualquer das hipóteses a seguir elencadas e enquanto perdurar o ato/fato/omissão que a tiver motivado, sem direito a posterior reajuste, acréscimo, lucros cessantes, indenização, juros e/ou correção monetária:

- a) Desacatada qualquer determinação do serviço de fiscalização do Município.
- b) Retardada injustificadamente a execução do serviço ou paralisada a execução por mais de 10 (dez) dias consecutivos.
- c) Havendo infração à condição ou obrigação estabelecida no Edital, contrato ou na proposta apresentada.

§10.º No caso de inadimplemento do Contratante, será obedecido o que dispõe o Art.40, inc. XIV, alínea "c" da Lei nº 8.666/93, sendo utilizado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

§11.º O pagamento será creditado em conta corrente da empresa, através de Ordem Bancária contra qualquer instituição bancária indicada na proposta, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

RODRIGO DECIMO:
60766441091

Assinado eletronicamente por RODRIGO DECIMO (60766441091)
CPF: 60766441091 - RG: 12.345.678 - 02/08/2023 10:00:00
Assinado eletronicamente por RODRIGO DECIMO (60766441091)
CPF: 60766441091 - RG: 12.345.678 - 02/08/2023 10:00:00
Assinado eletronicamente por RODRIGO DECIMO (60766441091)
CPF: 60766441091 - RG: 12.345.678 - 02/08/2023 10:00:00

§12.º Os pagamentos serão concretizados em moeda vigente do país.

CLÁUSULA OITAVA - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os valores do presente ajuste poderão ser objeto de repactuação entre as partes, anualmente, na data-base das Convenções das categorias.

I - Não será admitido o repasse automático para os demais componentes da Planilha de Custos e Formação de Preços, da alíquota de majoração de salário acordada em convenções coletivas;

II - O pedido de repactuação contratual formulado pela Contratada deverá ser feito, perante a Administração, a partir da data da homologação da Convenção Coletiva que fixar o novo salário normativo da categoria profissional até a data da prorrogação contratual subsequente, sob pena de preclusão desse direito.

III - Na impossibilidade de postular a repactuação contratual previamente à formalização da prorrogação do contrato, em virtude da ausência de registro da Convenção Coletiva de Trabalho no Ministério do Trabalho, por motivo alheio à sua vontade, caberá à Contratada notificar tal fato à Administração, a fim de possibilitar a inclusão de cláusula ao Termo Aditivo, por meio da qual resguarde seu direito à repactuação, a ser exercido tão logo disponha da Convenção devidamente registrada.

IV - As categorias de Operário, Auxiliar Operacional, Fiscal de Serviço e Gerente Operacional serão repactuadas através de Convenção Coletiva do Sindicato dos Trabalhadores em Serviços Terceirizados, Empresas de Asseio, Conservação e Limpeza Urbana, Ambiental e Áreas Verdes de Santa Maria - SINTEPS e do Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Rio Grande do Sul - SINDASSEIO, cuja data base é o dia 01º de janeiro;

V - A categoria dos Motoristas será repactuada através de Convenção Coletiva do Sindicato dos Trabalhadores e Condutores de Veículos Rodoviários de Santa Maria e Região - SITRACOVER, do Sindicato das Empresas de Transportes de Carga de Santa Maria - SETAL e do Sindicato das Empresas de Transportes de Carga e Logística no Estado do Rio Grande do Sul - SETCERGS, cuja data base é o dia 01º de maio.

§1.º Os preços sofrerão reajustes, desde que ultrapassados 12 (doze) meses, conforme determina o Parágrafo 1º do Art. 2º da Lei Federal nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

I - Será utilizado o do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

§2.º Ocorrendo as hipóteses previstas no Art. 65, Inciso II, Alínea “d”, da Lei nº 8.666/93, será concedida revisão do Contrato, requerido pela Contratada, desde que documental e suficientemente comprovado o desequilíbrio contratual, bem como, em casos de redução de preços, de insumos e itens constantes na Planilha de Custos e Formação de Preços, serão reduzidos os preços dos serviços contratados.

CLÁUSULA NONA - DO AMPARO LEGAL E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A lavratura do presente contrato de serviço decorre da realização de Concorrência, realizada com fundamento no Art. 22, § 1º e Art. 45, § 1º, Inciso I, da Lei nº 8.666/93, com a opção de licitar pelo regime anterior à Lei 14.133/2021.

Contrato n.º 24/2024

Rua Venâncio Aires, nº 2277 · 2º Andar · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3174.1501 · E-mail: contratos@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

RODRIGO DECIMO
60766441091
Parecer Licitatório n.º 364/PGM/2023

Assinado digitalmente por RODRIGO DECIMO 60766441091
CN: Rodrigo Decimo, O=CPM-Brazil, OU=AC-SG-UTI-Multiplo-01,
C=Brasil, OU=Secretaria Municipal de Planejamento, CN=Rodrigo Decimo
#202406041091
Resolvido: não há necessidade de documento
Validação: sua validação de assinatura aqui
Data: 2024.07.22 15:56:04
Fonte: Reader Versão: 10.0.1

PARÁGRAFO ÚNICO - A execução deste contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do Art. 54, da Lei nº 8.666/93, combinado com o inciso XII, do Art. 55, do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O contrato a ser firmado poderá ser alterado nos casos previstos no Art. 65 da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse da Administração do Contratante, com a apresentação das devidas justificativas adequadas a essa Concorrência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

Constituem direitos e obrigações das partes contratantes:

§1.º DOS DIREITOS

Constituem direitos do Contratante, receber o objeto deste contrato nas condições avençadas e da Contratada, perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

§2.º DAS OBRIGAÇÕES

I - Constituem obrigações do Contratante:

- a) Efetuar o pagamento ajustado;
- b) Dar a Contratada as condições necessárias a regular execução do contrato;
- c) Receber o objeto deste contrato, desde que atendias as exigências e condições do Edital e seus Anexos;
- d) Atestar as Notas Fiscais/Faturas correspondentes aos serviços prestados.

II - Constituem obrigações da Contratada:

Além das disposições contidas no Memorial Descritivo, a Contratada estará sujeita às seguintes obrigações:

- a) Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, as obrigações decorrentes do contrato de prestação dos serviços;
- b) Efetuar o ressarcimento de quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus funcionários em serviço, causados à terceiros ou ao patrimônio público, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação ou comunicação efetuada pela Fiscalização do Município;
- c) Executar o serviço de forma silenciosa, ordeira e com urbanidade para com a população;
- d) Sanar, no prazo máximo de 03 (três) horas, contadas da notificação ou comunicação, quaisquer irregularidades ou defeitos verificados pela Fiscalização do Município;
- e) Proporcionar autonomia ao gerente do serviço, se a matriz da Contratada não estiver sediada em Santa Maria, para a contratação de serviços de manutenção e aquisição de peças de reposição, combustíveis e lubrificantes;
- f) Fornecer aos seus supervisores telefones celulares, que deverão permanecer ligados enquanto houver serviços em execução;

RODRIGO DECIMO
60766441091

Contrato n.º 24/2024

Parecer Licitatório n.º 364/PGM/2023

Rua Venâncio Aires, nº 2277 · 2º Andar · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3174.1501 · E-mail: contratos@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

- g) Fornecer ao Município cópia dos Certificados de Registro e Licenciamento dos veículos utilizados nos serviços prestados, bem como manter o Município atualizado quanto à frota utilizada na execução dos serviços, informando placas, prefixos, capacidades, serviço executado, setores de coleta, etc.;
- h) Manter veículos e equipamentos em quantidade e condições adequadas ao desempenho das atividades pertinentes aos serviços contratados, conforme definido neste Memorial Descritivo;
- i) Manter todos os veículos e equipamentos em caráter de exclusividade na prestação de serviços para o Município de Santa Maria, durante toda a vigência do contrato;
- j) Manter, durante o desenvolvimento das atividades previstas em contrato, serviços de manutenção e socorro para veículos e equipamentos, bem como serviços de manutenção preventiva;
- k) Apresentar diariamente, no horário de início das atividades, todos os veículos e equipamentos, com as respectivas equipes, em condições de iniciar a execução dos serviços. Para isto, todos os procedimentos relativos à manutenção preventiva, abastecimento, limpeza e outras verificações nos veículos e equipamentos devem ser previamente realizados;
- l) Descarregar o chorume contido nos tanques de armazenamento dos equipamentos no local onde for efetuada a descarga de resíduos;
- m) Substituir, imediatamente, qualquer veículo ou equipamento que, a critério do Município, não estiver em condições de prestar serviço;
- n) Retirar da via pública, no prazo máximo de 2 (duas) horas, qualquer veículo ou equipamento que, por falha mecânica, estiver impossibilitado de transitar. Neste caso, a Fiscalização do Município deverá ser comunicada da ocorrência;
- o) Lavar diariamente os veículos e equipamentos em serviço;
- p) Transitar com os veículos, quando em serviço, de forma a causar o mínimo impedimento ao trânsito dos demais veículos, buscando sempre a facilitação da ultrapassagem;
- q) Sempre que possível evitar transitar com os veículos nas vias principais da região central;
- r) Manter funcionários em quantidade adequada, conforme definido neste Memorial Descritivo, e devidamente capacitados para o desempenho das atividades pertinentes aos serviços contratados;
- s) Não permitir que seus funcionários solicitem gratificações ou contribuições materiais de qualquer espécie, da população beneficiada pelo serviço, mesmo quando da ocorrência de datas festivas;
- t) Não permitir que seus funcionários promovam a triagem e comercialização de resíduos dispostos para a coleta;
- u) Substituir qualquer componente da equipe que, a critério do Município, apresente comportamento inadequado ao trabalho executado junto à população, ainda que não possa ser demitido;
- v) Promover a vacinação de todos os funcionários contra gripe, hepatite B e tétano, devido à exposição, durante o processo de trabalho, a intempéries e agentes biológicos potencialmente infectantes;
- w) Apresentar, durante a execução do contrato, quando solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na presente licitação, em especial quanto aos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários e comerciais;
- x) Cumprir com o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos);

- y) Cumprir todas as disposições legais pertinentes à segurança do trabalho às quais estão sujeitos os contratos de trabalho regidos pela CLT, pela Lei nº 6.514, de 22/12/77, pela Portaria nº 3.214, de 08/06/78 do Ministério do Trabalho e Emprego, e demais normas pertinentes à matéria, independente do seu quadro de pessoal enquadrar-se nesta situação;
- z) Desenvolver programa de treinamento contínuo para prevenção de acidentes, com a realização de treinamento admissional e reciclagem, com frequência bimestral, apresentando ao Município comprovantes da realização dos cursos de treinamento com o nome dos empregados participantes, contendo suas assinaturas, carga horária e conteúdo;
- aa) Promover treinamento admissional em prática de direção defensiva para os motoristas e treinamento de reciclagem, de mesmo conteúdo, aos 30 (trinta) meses de trabalho. Os treinamentos deverão ser ministrados por profissional habilitado, com emissão de certificado, e cuja realização deverá ser comprovada junto ao Município;
- bb) Atender a todas as solicitações feitas pelo Município para o fornecimento de informações e dados sobre os serviços, indicadores de acidentes de trabalho ou outros referentes à gestão de medicina e segurança do trabalho, dentro dos prazos estipulados;
- cc) Fica a contratada obrigada a fornecer dados on-line quando da pesagem na destinação final no aterro sanitário, bem como, se for entendimento da Contratante viabilizar acesso e estrutura para fiscalização in loco junto à balança no aterro sanitário.
- dd) Em caso de acidente de trabalho, em qualquer parte do território Municipal, providenciar a imediata mobilização de recursos humanos e materiais para socorro dos acidentados e remoção do equipamento e dos resíduos eventualmente derramados.
- ee) Providenciar a imediata remediação ambiental de danos resultantes da má operação dos equipamentos ou de acidentes, em qualquer parte do território Municipal, em conformidade com as determinações da fiscalização do Município ou dos órgãos de controle ambiental.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

O Município designará uma equipe de Fiscalização, devidamente habilitada para exercer ampla, cotidiana e rotineira fiscalização e acompanhamento dos serviços.

§1.º A gestão contratual será exercida pela Secretaria de Município de Infraestrutura e Serviços Públicos - SMISP.

§2.º A Fiscalização ora referida, considerando que é com o exclusivo objetivo de averiguar o adequado cumprimento das condições contratuais impostas, não eximirá a Contratada de qualquer responsabilidade, seja relativamente aos bens e equipamentos do Município sob sua guarda, seja relativamente a danos causados por empregados e/ou prepostos seus integrantes de sua Administração e/ou terceiros.

§3.º A Contratada deverá planejar a prestação dos serviços conforme Memorial Descritivo, devendo acatar todas e quaisquer determinações da Fiscalização.

§4.º A Fiscalização terá poderes para, nos locais de trabalho, proceder qualquer determinação que seja necessária à perfeita execução dos serviços, inclusive podendo determinar a paralisação dos mesmos quando não estiver havendo atendimento às cláusulas contratuais.

RODRIGO DECIMO
60766441091

Assinado digitalmente por RODRIGO DECIMO 60766441091
• CN: C=BR, O=CP-Brasil, OU=AC SOLUT Múltipla v3, OU=60766441091, OU=Secretaria de Infraestrutura, CN=Rodrigo Decimo
• 60766441091
Resolvi ler ou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2024-05-22 16:05:15
PDF Reader Versão: 10.0.1

§5.º A Fiscalização anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

§6.º A Contratada deverá disponibilizar, um (01) veículo quatro portas, com ar condicionado, com motorista, com manutenção e combustível, durante oito (08) horas diárias, para a fiscalização dos serviços.

§7.º A Fiscalização reserva-se o direito de exigir a substituição de qualquer funcionário da Contratada que não estiver executando o serviço de acordo com as exigências contratuais, apresentar comportamento desrespeitoso para com a população, trabalhar alcoolizado ou sob efeito de drogas ilícitas ou que estiver solicitando propina.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS MEDIÇÕES

O pagamento pela execução dos serviços será feito mensalmente, de acordo com os quantitativos de serviços medidos.

§1.º A unidade de medição dos serviços será “massa de resíduos coletados” (expressa em toneladas), com valor unitário em R\$/tonelada (Preço Unitário - Pu).

§2.º No valor da tonelada de resíduos coletados deverão incidir todos os custos diretos, indiretos e os investimentos necessários à execução do objeto do contrato. Para o faturamento dos serviços, será considerada a quantidade de toneladas de resíduos coletados mensalmente.

§3.º Para que seja efetuado o pagamento a empresa deverá apresentar relatório com todos os tickets, hora de entrada no aterro, peso de resíduo coletado, placa do veículo e rotas ou regiões atendidas por este. Ainda, para que seja validado o pagamento dos serviços de coleta de focos de lixo deverá ser apresentado relatório contendo todas as informações previstas no item 3.4 do Memorial Descritivo.

§4.º Não serão pagos quaisquer tickets que apresentarem falta ou conflitos nas informações.

§5.º Em caso de impedimentos temporários na operação do sistema de pesagem, devido à falta de energia elétrica, manutenções, etc., o cálculo da massa de resíduos coletada, será realizado por meio de critérios preestabelecidos para este fim, conforme Metodologia para o Cálculo de Massa de Resíduos Sólidos descrita a seguir.

§6.º A Metodologia para o Cálculo de Massa de Resíduos Sólidos para ser utilizada em caso de impossibilidade de utilização de equipamentos de pesagem em unidades de destinação final de RSUD, será a mesma do Departamento Municipal de Limpeza Urbana de Porto Alegre, usada desde a década de 1990.

§7.º As definições, a aplicação e as considerações referentes as medições encontram-se no memorial Descritivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO

A Contratada reconhece os direitos do Contratante, em caso de rescisão administrativa, previstos no Art. 77 e seguintes, da Lei Federal n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS SANÇÕES

Se a Contratada recusar-se a prestar o serviço, injustificadamente, serão convocados os demais licitantes, na ordem de classificação, para fazê-lo, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades, sem prejuízo da aplicação de outras cabíveis.

§1.º Na hipótese de descumprimento parcial ou total pelo licitante vencedor das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, o Município poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar, segundo a gravidade da falta cometida, aplicar as penalidades previstas no Memorial Descritivo.

§2.º Na primeira semana após a assinatura do contrato, a Contratada deve informar endereço de e-mail para receber quaisquer notificações ou penalidades que possam ser aplicadas pelo Município, ficando concordado que essa forma é válida para o recebimento destes documentos. Em até 24 horas após o recebimento, a Contratada deve responder os e-mails recebidos para confirmar o recebimento.

§3.º O Memorial Descritivo prevê as seguintes sanções:

I - Advertência formal, por intermédio do setor competente, quando ocorrer o descumprimento das exigências editalícias que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave;

II - Multa: Na hipótese de reincidência de qualquer tipo de transgressão serão aplicadas as penalidades pecuniárias, a seguir, calculadas com base no preço unitário em vigor no contrato (Pu).

Obs.: Preço Unitário é o valor pago por tonelada no seu custo final.

Tabela com relação de penalidades.

Item	Infração	Multa	Incidência
1	Por deixar de efetuar a operação de coleta de resíduos dispostos para recolhimento, comprovadamente colocados antes da passagem do veículo coletor.	De 0,5 a 5 vezes o Pu.	Por contêiner não coletado.
2	Por deixar de coletar resíduos corretamente dispostos para recolhimento, comprovadamente colocados antes da passagem do veículo coletor.	De 0,5 a 5 vezes o Pu.	Por economia não coletada.
3	Por não executar corretamente o roteiro aprovado pelo Município dentro do setor de coleta.	De 1 a 10 vezes o Pu.	Por roteiro não executado corretamente
4	Por iniciar os serviços fora dos horários determinados neste projeto básico.	De 2 a 20 vezes o Pu.	Por roteiro.
5	Por terminar os serviços além dos horários determinados neste projeto básico.	De 0,5 a 5 vezes o Pu.	Por hora de atraso, por roteiro.
6	Por não executar integralmente o roteiro de coleta previsto para um determinado turno de trabalho.	De 10 a 100 vezes o Pu.	Por ocorrência.
7	Por utilizar equipamentos de coleta em desacordo com o	De 2 a 20	Por equipamento,

RODRIGO DECIMO:
60766441091

Assinatura eletrônica de RODRIGO DECIMO
CPF: 000.000.000-00
Assinatura eletrônica de RODRIGO DECIMO
CPF: 000.000.000-00

Contrato n.º 24/2024

Parecer Licitatório n.º 364/PGM/2023

Rua Venâncio Aires, nº 2277 · 2º Andar · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3174.1501 · E-mail: contratos@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

	especificado neste projeto básico.	vezes o Pu.	por dia de utilização.
8	Por transitar com os veículos coletores em velocidade incompatível com a boa execução do serviço.	De 0,5 a 5 vezes o Pu.	Por ocorrência.
9	Por deixar suja a via pública por derramamento de líquidos ou detritos dos resíduos coletados	De 5 a 50 vezes o Pu.	Por ocorrência.
10	Por não conceder intervalo para descanso e alimentação (intervalo intrajornada) a seus funcionários conforme estabelecido na CLT, ou por permitir que os Coletores permaneçam nos setores de coleta enquanto o veículo for efetuar a descarga.	De 5 a 50 vezes o Pu.	Por ocorrência.
11	Por não atender às orientações da fiscalização do Município nos procedimentos de descarga de resíduos.	De 2 a 20 vezes o Pu.	Por ocorrência.
12	Por descarregar resíduos em qualquer local onde não for determinado pelo Município.	De 10 a 100 vezes o Pu.	Por ocorrência.
13	Por amontoar resíduos de diversas economias em um único local por mais de 15 minutos.	De 0,5 a 5 vezes o Pu.	Por ocorrência.
14	Por transitar com veículos coletores fora dos seus respectivos roteiros com Coletores sendo transportados nos estribos dos equipamentos.	De 5 a 50 vezes o Pu.	Por ocorrência.
15	Por não dispor de operários e motoristas nas quantidades mínimas definidas neste projeto básico.	De 1 a 10 vezes o Pu.	Por funcionário, por turno e por dia.
16	Por não dispor de supervisor enquanto houver serviços em execução.	De 2 a 20 vezes o Pu.	Por ocorrência, por turno e por dia.
17	Por não dispor do número mínimo de equipamentos definidos neste projeto básico.	De 5 a 50 vezes o Pu.	Por equipamento, por dia.
18	Por não dotar os equipamentos coletores de todos os acessórios e letreiros definidos neste projeto básico.	De 0,5 a 5 vezes o Pu.	Por equipamento, por dia.
19	Por não dispor os equipamentos com as ferramentas exigidas neste projeto básico.	De 0,5 a 5 vezes o Pu.	Por equipamento, por dia.
20	Por permitir que seus funcionários trabalhem sem uniformes ou equipamentos de proteção individual ou, ainda, por permitir o trabalho de funcionário que não tenha realizado o treinamento/curso previsto no Item Erro: Origem da referência não encontrada, conforme definido neste projeto básico.	De 2 a 20 vezes o Pu.	Por funcionário, por dia.
21	Por manter seus veículos estacionados em via pública fora dos horários de serviço e sem justificativa.	De 0,5 a 5 vezes o Pu.	Por veículo, por ocorrência.
22	Por não atender à solicitação de informações do Município, dentro dos prazos estipulados.	De 0,5 a 5 vezes o Pu.	Por ocorrência.
23	Por não sanar no prazo estipulado irregularidades identificadas pela fiscalização do Município.	De 2 a 20 vezes o Pu.	Por ocorrência.
24	Por permitir que seus funcionários promovam gritarias ou faltem com respeito para com a população, durante a execução dos serviços.	De 2 a 20 vezes o Pu.	Por ocorrência.
25	Por permitir que seus funcionários promovam, para comercialização ou quaisquer outros fins, a triagem dos resíduos coletados.	De 1 a 10 vezes o Pu.	Por ocorrência.
26	Por não atender, dentro do prazo estipulado pelo Município, pedido de substituição de funcionário.	De 2 a 20 vezes o Pu.	Por funcionário, por dia.
27	Por descarregar o chorume contido nos equipamentos em qualquer local que não seja o indicado pelo Município.	De 10 a 100 vezes o Pu.	Por ocorrência.
28	Por não lavar na frequência mínima definida no projeto básico seus veículos coletores.	De 0,10 a 1 vezes o Pu.	Por veículo não lavado, por dia.
29	Por não efetuar a limpeza dos locais de resíduos dispostos para a coleta que tenham ficado soltos nas vias públicas por ação de catadores ou animais.	De 1 a 10 vezes o Pu.	Por ocorrência.
30	Por não manter, durante o horário de serviço de coleta, seus supervisores munidos de telefone celular ligado e em funcionamento.	De 1 a 10 vezes o Pu.	Por dia.

RODRIGO DECIMO:
60766441091

Contrato n.º 24/2024

Parecer Licitatório n.º 364/PGM/2023

Rua Venâncio Aires, nº 2277 · 2º Andar · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3174.1501 · E-mail: contratos@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

31	Por impedir, propositadamente, com os veículos coletores, o livre trânsito dos demais veículos.	De 2 a 20 vezes o Pu.	Por ocorrência.
32	Por permitir que seus funcionários solicitem contribuições ou gratificações nos domicílios atendidos pelo serviço.	De 2 a 20 vezes o Pu.	Por ocorrência.
33	Por executar, durante os horários de coleta, com os equipamentos e/ou as equipes de pessoal, outros serviços que não sejam objeto do contrato com o Município.	De 2 a 20 vezes o Pu.	Por ocorrência.
34	Por coletar quaisquer outros tipos de resíduos que não sejam definidos neste projeto básico.	De 2 a 20 vezes o Pu.	Por ocorrência.
35	Por fraudar ou tentar fraudar a pesagem de resíduos.	De 100 a 1000 vezes o Pu.	Por ocorrência.
36	Por atrasar o início da prestação dos serviços, conforme a data aprazada na "Ordem de Início dos Serviços" a ser expedida pelo Município após a assinatura do contrato.	De 100 a 1000 vezes o Pu.	Por dia de atraso.
37	Por executar o serviço com veículo com idade superior ao limite estabelecido neste projeto básico.	De 5 a 50 vezes o Pu.	Por veículo, por dia.
38	Por não transitar com os faróis e sinalização ligados durante a coleta.	De 2 a 20 vezes o Pu.	Por ocorrência.
39	Por não manter o sistema de georreferenciamento atualizado e em funcionamento em todas as regiões do Município.	De 1 a 10 vezes o Pu.	Por ocorrência.
40	Deixar de informar à fiscalização os deslocamentos de caminhões para fora do Município.	De 1 a 10 vezes o Pu.	Por veículo por dia.
41	Deixar de informar quaisquer substituições de frota previamente à utilização desta para coleta.	De 1 a 10 vezes o Pu.	Por veículo por dia.
42	Por não atender às demais obrigações contratuais.	De 10 a 100 vezes o Pu.	Por irregularidade.

II.1. Para graduação das penalidades pecuniárias, serão adotadas as seguintes escalas:

- a) Na segunda e na terceira ocorrência de mesma natureza, valor mínimo previsto;
- b) Na quarta e na quinta ocorrência de mesma natureza, 5 (cinco) vezes o valor mínimo previsto;
- c) A partir da sexta ocorrência de mesma natureza, para cada ocorrência, o valor máximo previsto.
- d)

II.2. Além de outros previstos no artigo 78 da Lei 8.666/93, em especial constituem motivos para a rescisão do contrato, por ato unilateral do Município:

- a) O não cumprimento, ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- b) A lentidão no cumprimento do contrato;
- c) O atraso no início da prestação do serviço;
- d) A paralisação total ou parcial do serviço;
- e) A subcontratação parcial ou total do serviço;
- f) O desatendimento das determinações da Fiscalização do Município;
- g) O cometimento reiterado de faltas.

III - Suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração, por período a ser definido na oportunidade, de acordo com a natureza e a gravidade da falta, respeitado o limite legal de 24 (vinte e quatro) meses, sem prejuízo da aplicação de multa, podendo ser aplicada quando:

- a) apresentação de documentos falsos ou falsificados;

Rua Venâncio Aires, nº 2277 · 2º Andar · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3174.1501 · E-mail: contratos@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

PARÁGRAFO ÚNICO - E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente contrato de prestação de serviço em duas vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, Contratante e Contratada.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul, aos 22 dias do mês de janeiro do ano de 2024.

RODRIGO DECIMO
60766441091

Assinado digitalmente por RODRIGO DECIMO:60766441091
DN: C=BR, OU=CP Brasil, OU=AC SOLUTI Multipla v6, OU=0461647000195,
OU=Videoconferencia, OU=Certificado PF A3, CN=RODRIGO DECIMO:60766441091
Resolução para o leitor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2024-01-22 15:52:50
Foxit Reader Versão: 10.0.1

RODRIGO DÉCIMO
Prefeito Municipal em exercício
Contratante

ADILSON ALVES MARTINS
Sustentare Saneamento S/A
Contratada